



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

# Conjuntura**Internacional**

ano 4 • nº 22 • 01 a 07/07/07 • ISSN1809-6182

## Especial

### **06/07/2007 – A unificação monetária europeia.....p.01**

Treze países da União Europeia adotam o euro como moeda oficial. A adoção bem sucedida de uma moeda para um bloco de países é uma experiência inédita na economia mundial, mas o processo para chegar nesse ponto durou algumas décadas.

## Análise

### **02/07/2007 – Comunidade Andina reintegra Chile e negocia acordo com a União Europeia .....p.05**

Durante a XVII Reunião do Conselho Presidencial Andino, o Chile retornou à Comunidade Andina como membro associado, com direito a participar com voz e voto nas reuniões dos três órgãos máximos do Sistema Andino de Integração e de outros 22 órgãos.

---

# A unificação monetária europeia

---

Especial  
Panorama

Celeste Cristina Machado Badaró  
06 de julho de 2007

---

**Treze países da União Europeia adotam o euro como moeda oficial. A adoção bem sucedida de uma moeda para um bloco de países é uma experiência inédita na economia mundial, mas o processo para chegar nesse ponto demorou algumas décadas.**

---

O euro é a moeda oficial de treze dos vinte e sete membros da União Europeia (UE): Alemanha, Áustria, Bélgica, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal. A adoção da moeda única foi uma etapa importante na integração econômica europeia e uma experiência inédita em que grandes economias abriram mão de suas moedas nacionais.

A unificação monetária europeia foi um grande passo, tanto no sentido político quanto no simbólico. A política monetária tem grandes efeitos na economia de um país. Ela pode influenciar os índices de inflação e desemprego<sup>1</sup>, ser usada para financiar o déficit público<sup>2</sup>, para promover as exportações<sup>3</sup>, entre várias outras

funções. Basicamente, todas as decisões econômicas importantes de uma economia recaem sobre sua política monetária. Por isso, a unificação monetária foi um passo delicado no processo de integração europeia. Além disso, a moeda é um elemento da identidade nacional, em especial na Europa, onde algumas moedas, como o antigo dracma grego, tinham milhares de anos de existência. A constituição do euro foi, então, uma tentativa de fortalecer a identidade europeia.

Devido à sua importância, a moeda é um tema sensível para os países. Por isso, a integração monetária europeia foi um processo que aconteceu ao longo de décadas. O Tratado de Roma, que iniciou a integração europeia em 1957, já previa a unificação monetária, mas o assunto foi deixado de lado por anos. No final da década de 1960, os países da UE passaram a buscar uma coordenação maior de suas taxas de câmbio e políticas macroeconômicas. O processo culminou na criação do Sistema Monetário Europeu (SME), em 1979. Segundo o economista Paul Krugman (2005), esse movimento se iniciou por dois motivos: para aumentar o papel da Europa no sistema monetário internacional e para unificar verdadeiramente o mercado europeu.

Aumentar a importância europeia nas relações monetárias internacionais era necessário porque o sistema de Bretton

---

<sup>1</sup> O aumento da emissão de moeda pode estimular a economia a crescer, mas, se feito de forma descontrolada, pode gerar inflação. De forma alternativa, a diminuição da quantidade de moeda em circulação pode diminuir a inflação, mas também gerar recessão.

<sup>2</sup> O governo pode financiar seus gastos simplesmente emitindo mais moeda. No entanto, o excesso de moeda em circulação pode gerar inflação.

<sup>3</sup> A taxa de câmbio de uma moeda é seu preço em relação às demais. Se há um aumento da oferta de moeda nacional, ela se desvaloriza frente às moedas estrangeiras, pelo mecanismo de oferta e procura. A desvalorização da moeda nacional torna os produtos domésticos mais baratos em moeda estrangeira, estimulando as exportações.

Woods, existente na época, era desfavorável aos demais países em favorecimento aos Estados Unidos (EUA). Além disso, essa estrutura já vinha dando sinais de enfraquecimento. O sistema em vigor havia sido criado na Conferência de Bretton Woods, em 1944. Ele funcionava da seguinte maneira: cada país manteria suas taxas de câmbio fixas em relação ao dólar, e o dólar manteria sua taxa em relação ao ouro.

Desse modo, os EUA podiam transferir sua inflação para os demais países, já que as taxas de câmbio dos demais estavam atreladas ao dólar<sup>4</sup>. Por outro lado, os EUA também incorriam em custos, uma vez que as taxas de câmbio dos demais países eram fixas, mas podiam ser ajustadas sob algumas condições, como problemas no balanço de pagamentos<sup>5</sup>. Já a taxa de conversão entre o ouro e o dólar se manteve fixa durante toda a existência do sistema de Bretton Woods.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a constante manutenção de déficits público (devido aos gastos com o “estado de bem-estar”) e externo (devido à posição de

liderança do país no sistema monetário internacional) tornaram o sistema de taxas de câmbio fixas cada vez mais custoso para os EUA. Em 1973, o então Presidente Richard Nixon rompe com o câmbio fixo. É nesse contexto que os países europeus passam a considerar a necessidade de criação de uma moeda de projeção internacional.

Havia a visão entre os líderes europeus de que apenas com moeda única seria possível criar um mercado interno unificado dentro da UE. Desde o Tratado de Roma, a unificação do mercado europeu se deu principalmente através da diminuição de barreiras ao comércio. O passo seguinte, segundo a concepção dos líderes europeus, seria uma moeda única, já que a adoção de uma moeda facilita o comércio internacional, por diminuir riscos e custos. Com a unificação monetária, não haveria mais o risco de flutuações cambiais que prejudicam o comércio nem os custos de se comprar moeda estrangeira para realizar trocas.

O SME, criado em 1971, criou uma moeda virtual, a *European Currency Unit* (ECU)<sup>6</sup>, composta por uma cesta de moedas européias. Todos os países da UE deveriam manter suas taxas de câmbio fixas em relação à ECU, com a possibilidade de ajustes ao longo do tempo. A principal moeda entre as que compunham a ECU era o marco alemão. A Alemanha era a segunda economia do mundo nessa época, e sua moeda era muito usada nas transações internacionais. Além disso, o Banco Central alemão tinha muita credibilidade em seu combate à inflação e manutenção de taxas de câmbio relativamente constantes, depois do trauma alemão das políticas monetárias desastrosas da década de 1920. Desse modo, ao atrelar suas moedas à ECU (e,

<sup>4</sup> A emissão exagerada de moeda leva a inflação e desvalorização cambial. Como a taxa de câmbio estadunidense era fixa e o país tinha uma posição de liderança mundial, quando ele emitia moeda em excesso, os dólares não ficavam dentro dos EUA causando pressões inflacionárias, já que todo o resto do mundo precisava de dólares para realizar transações internacionais. A compra de dólares pelas demais economias tinha como efeito valorizar sua moeda, o que encarecia suas importações e gerava inflação.

<sup>5</sup> O balanço de pagamentos é o registro das transações econômicas daquela economia com o resto do mundo. Se o balanço se mantém em déficit continuado, a taxa de câmbio tende a se desvalorizar, uma vez que está saindo mais moeda internacional daquela economia do que entrando. Assim, a demanda pela moeda daquele país diminui, desvalorizando seu “preço”. A desvalorização do câmbio torna as exportações daquele país mais competitivas, reequilibrando o balanço de pagamentos. Como a taxa de câmbio do dólar era fixa, os EUA não podiam usar o mecanismo da desvalorização cambial para ajuste do balanço de pagamentos.

<sup>6</sup> A moeda virtual era usada apenas em transações que não envolviam moeda física, utilizada apenas como uma forma de determinar a taxa de câmbio das moedas integrantes do SME, que deveriam ser fixas.

consequentemente, ao marco), os demais países europeus desejavam aumentar a credibilidade de suas moedas.

O sistema funcionou relativamente bem, acomodando a entrada posterior de mais países (Reino Unido, Portugal e Espanha passaram a fazer parte da ECU depois de 1989) e contornando crises de inflação em alguns membros, como na Itália e na Irlanda. O sucesso da ECU incentivou os países a aprofundar a união monetária. A criação de uma moeda única foi um dos principais temas em discussão no chamado “processo 1992”, que resultou no Tratado de Maastrich [ver também: [União Européia: histórico](#)].

O Tratado de Maastrich aprofundou a unificação de um mercado europeu, além de intensificar a integração européia. Quanto à unificação monetária, ele previa a criação de uma moeda única em 1 de janeiro de 1999, o que de fato ocorreu. Os países que faziam parte da UE à época poderiam escolher se participariam da moeda única ou não, mas apenas Reino Unido e Dinamarca preferiram ficar de fora da nova moeda. Os países que fossem entrar depois de Maastrich seriam obrigados a aderir à moeda única.

Durante o período de preparação para a criação do euro, os países deveriam convergir suas políticas macroeconômicas. Nesse período de transição, os países eram obrigados a manter:

- Taxa de inflação, no máximo, 1,5% maior que a média das três menores inflações entre os membros do SME;
- Taxa de câmbio estável em relação à ECU;
- Déficit público de, no máximo, 3% do PIB;
- Dívida pública de até 60% do PIB.

Os critérios de convergência tinham por objetivo garantir a credibilidade da moeda a ser criada.

Em 1º de janeiro de 1999, as taxas de

conversão entre a ECU, agora batizada de euro, e as moedas nacionais foram congeladas de maneira irrevogável, e o Banco Central Europeu (BCE), com sede em Frankfurt, Alemanha, entrou em atividade. As moedas nacionais continuaram em circulação até serem totalmente substituídas pelo euro, em 2002.

Toda a autoridade monetária passou então para o BCE. O sistema europeu de bancos centrais é composto pelo BCE e treze bancos centrais nacionais, um em cada país que adota o euro. Os bancos centrais de cada país podem emitir moeda com a autorização do BCE, já que cada país tem direito a personalizar uma das faces das moedas, enquanto as notas são iguais em toda a zona do euro. O conselho administrativo do BCE se reúne a cada dois meses com os representantes dos bancos nacionais para decidirem a política monetária de toda a área que adotou o euro.

Inicialmente, onze países faziam parte da zona do euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal. Outros três membros da UE na época preferiram não adotar a moeda única: Reino Unido, Dinamarca e Suécia. A Grécia alcançou os critérios de convergência apenas em 2001, passando a adotar o euro como sua moeda.

Em 2004 e 2006, a UE passou por alargamentos, aumentando o número de membros de 15 para 27<sup>7</sup>. Os novos integrantes eram obrigados a estabelecer os critérios de convergência para se

<sup>7</sup> Os atuais membros da União Européia são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia, dos quais aderiram após a criação do euro Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, República Tcheca e Romênia.

unirem à zona do euro. No entanto, as economias desses países são mais frágeis e susceptíveis a inflação e crises cambiais, além de terem um déficit público maior. Por isso, foi dado a eles um período bem maior de adaptação aos critérios de convergência. Dos novos membros, apenas a Eslovênia já adotou o euro.

Apesar de ter apenas oito anos de vida em 2007, já é possível avaliar os sucessos do euro em relação aos objetivos iniciais. A adoção de uma moeda única foi um passo importante na unificação do mercado europeu. A UE de fato constitui um mercado comum hoje, com livre circulação de mercadorias, capitais e trabalhadores. Com relação ao objetivo de aumentar a importância da Europa nas relações monetárias internacionais, o objetivo também foi alcançado: o euro ainda não tem a importância do dólar, mas já é a segunda maior moeda em circulação; em 2006, correspondeu a 25% das reservas internacionais, segundo dados do Fundo Monetário Internacional<sup>8</sup>. Assim, é possível considerar a iniciativa europeia como a primeira iniciativa bem sucedida de unificação monetária num bloco de países.

### Sites:

Fundo Monetário Internacional

<http://www.imf.org>

Banco Central Europeu

<http://www.ecb.eu/ecb/html/index.en.html>

Site oficial - Euro

<http://ec.europa.eu/euro/entry.html>

### Ver também:

28/05/2004 - [A expansão das fronteiras e das preocupações da União Europeia](#)

17/06/2005 - [União Europeia: histórico](#)

04/08/2005 - [União Europeia: estrutura institucional](#)

## Referência

### Livros:

D'ARCY, François. União Europeia: Instituições, Políticas e Desafios. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: teoria e política. São Paulo: Pearson, 2005.

<sup>8</sup> No ano de sua criação, o euro correspondia a 18% das transações internacionais e 14% das reservas eram compostas por marcos alemães no último ano de sua circulação. A título de comparação, em 2006, 4,2% das reservas são de libras esterlinas e 3,2% de ienes japoneses.

---

# Comunidade Andina reintegra Chile e negocia acordo com a União Européia

---

Análise  
Integração Regional

Joana Laura M. Nogueira  
02 de julho de 2007

---

**Durante a XVII Reunião do Conselho Presidencial Andino, o Chile retornou à Comunidade Andina como membro associado, com direito a participar com voz e voto nas reuniões dos três órgãos máximos do Sistema Andino de Integração e de outros 22 órgãos.**

---

Entre os dias 12 e 14 de junho de 2007, reuniram-se em Tarjita, Bolívia, para a XVII Reunião Ordinária do Conselho Presidencial Andino, os líderes de Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, os quatro países membros da Comunidade Andina, mais o Chile. No encontro, foram confirmados o retorno do Chile à Comunidade e o início dos debates para o acordo a ser firmado entre a Comunidade Andina (CAN) e a União Européia (UE).

As atividades do grupo foram iniciadas pelo Acordo de Cartagena assinado em maio de 1969, por cinco países sul-americanos: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. O acordo visa o desenvolvimento da região através da integração e da cooperação.

Em 1973, a Venezuela ingressou no grupo. Anos depois, em 1976, o Chile se retirou. Essa ausência durou trinta anos e se deu durante o Golpe Militar ocorrido no ano de 1973, quando o General Augusto Pinochet tomou o poder. Na época, o país alegou a impossibilidade de compatibilização entre as políticas econômicas dos países membros da comunidade.

Em abril de 2006, a Venezuela retirou-se do grupo em protesto aos acordos de livre comércio firmados por Peru e Colômbia

com os Estados Unidos. Em setembro de 2006, sob a égide da Decisão 645, definiu-se a criação de uma comissão mista para deliberar sobre o retorno do Chile à comunidade.

Contudo, apenas em novembro de 2006, ficou acordado pela comissão que o Chile retornaria às atividades do bloco e, pela Decisão 666, foram definidas quais seriam as condições do retorno. A partir de então, o país vem sendo convidado a participar das reuniões dos órgãos e instituições que compõem o Sistema Andino de Integração, mesmo sendo apenas membro associado<sup>1</sup>. Integram também a Comunidade Andina, nessa condição, o Mercosul, representado por seus Estados membros Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Já México e Panamá são membros observadores.

Seguindo uma tendência histórica, o grupo teve passagem pelas etapas das estratégias desenvolvimentistas que marcaram a região. Os anos de 1970 foram marcados pela estratégia de substituição de importações, que deveria proteger a indústria nascente dos países do bloco, conforme sugeria a Comissão Econômica

---

<sup>1</sup> Segundo o artigo 136 do Acordo de Cartagena, será considerado membro associado aquele que firmar acordo de livre comércio com o CAN.

para América Latina e Caribe (CEPAL)<sup>2</sup>.

Na década de 1980, a denominada “década perdida”, viveu-se a crise da dívida<sup>3</sup>, muitos dos países da região latino-americana foram atingidos, o que causou uma pausa no processo de integração. Ainda seguindo a tendência internacional, a partir do surgimento da proposta neoliberal<sup>4</sup>, ficou acordado que para alcançar o desenvolvimento, o comércio seria utilizado como estratégia fundamental. Em 1993, foi formada uma zona de livre comércio entre os países que formavam a comunidade. Anos depois, em 1997, o Pacto Andino, passou a denominar-se Comunidade Andina.

Já para o século XXI, a Comunidade incluiu padrões sociais nas suas estratégias de desenvolvimento. A diminuição da exclusão social, metas de redução de pobreza e de combate às desigualdades foram acrescentadas aos objetivos do grupo. Além disso, um plano de desenvolvimento social foi elaborado e recuperou pontos do processo que haviam sido abandonados.

A Comunidade Andina, por seus membros plenos, é formada por quatro países que, juntos, têm cerca de 100 milhões de habitantes e um PIB de aproximadamente 255 bilhões de dólares<sup>5</sup>. O Chile retorna como membro associado. No entanto, por ser um dos fundadores do

bloco e por não estar vinculado a nenhum outro bloco regional, espera-se que seu comprometimento com o bloco seja diferenciado.

Considerando-se que a ligação do Chile com o bloco é mais concreta, é possível que, em breve, haja uma nova alteração na formatação da Comunidade passando esta a ser composta por 5 países, com população de 115 milhões de pessoas e PIB de 365 bilhões de dólares<sup>6</sup>. A partir desses dados, verifica-se que o retorno do Chile, mesmo na condição de membro associado, poderá trazer um novo dinamismo à economia da Comunidade, apesar de sabermos que a atividade comercial tem sido mantida e aumentou em volume nos últimos anos, apesar do país ter se mantido afastado do bloco.

A Presidente do Chile, Michelle Bachelet, afirmou que o reingresso do Chile na Comunidade representava o reencontro do país com um dos processos de integração mais importantes da América Latina, lugar de onde o Chile jamais deveria ter saído. Mesmo não sendo membro pleno, o retorno do Chile causará impactos para o grupo, especialmente se considerarmos que desde 2003 o país mantém acordos com a UE, nos moldes do acordo que hoje está sendo proposto por este à Comunidade Andina.

Além do retorno do Chile, a Reunião do Conselho Presidencial Andino firmou as bases para o acordo entre o CAN e a UE. A Decisão 667 representa o marco inicial do início dos debates entre os dois blocos. Segundo os termos da decisão, o Acordo de Associação entre a Comunidade Andina e a União Européia tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, buscando o desenvolvimento de forma justa e solidária, que fortaleça os processos de integração.

A Bolívia tentou bloquear o início das negociações, excluindo assuntos que não agradavam a seu Presidente, Evo

<sup>2</sup> CEPAL - Vide Glossário.

<sup>3</sup> Durante a década de 1970, houve grande oferta de capitais para investimento. No entanto, a alta do petróleo em 1973 gerou um desequilíbrio na economia mundial, que obrigou um aumento nas taxas de juros. Desse modo ocorreu um aumento das dívidas externas dos países, especialmente, os da América Latina. Esta sequência de acontecimentos ficou conhecida como “crise da dívida”, que perdurou durante a década de 1980 e como as economias foram muito prejudicadas, este período ficou conhecido como “a década perdida”.

<sup>4</sup> Esta proposta tem como marco o Consenso de Washington que definiu regras do ajuste pelos quais deveriam passar os países em desenvolvimento.

<sup>5</sup> Dados: Banco Mundial.

<sup>6</sup> Dados: Banco Mundial.

Morales<sup>7</sup>. Algo parecido havia ocorrido quando a Venezuela retirou-se do bloco. Na oportunidade, a Colômbia e o Peru firmaram acordos bilaterais de livre comércio com os Estados Unidos.

Segundo o governo boliviano, a causa do bloqueio referia-se a uma tentativa de imposição por parte da UE em oferecer um tratado de livre comércio, em que constavam assuntos sobre os quais o país se recusa tratar, a saber: propriedade intelectual, compras governamentais e investimentos estrangeiros. Há ainda outras divergências, especialmente, em três temas: privatização do acesso à água, migrações de trabalho e biocombustíveis.

O acordo a ser negociado com o bloco europeu dará um tratamento diferenciado para Bolívia e Equador, no sentido de considerar as assimetrias existentes entre os países. Este deverá ser desenhado nos próximos três anos a partir de uma agenda de negociação previamente definida.

Todavia, a UE, há algum tempo, vem tentando firmar acordos com os latino-americanos, a exemplo da tentativa de acordo com o Mercado Comum do Sul (Mercosul), parado desde 2004 devido às divergências quanto aos termos do acordo. Há especulações que no início de julho, quando da ida do Presidente brasileiro ao continente, a União Européia tentará retomar as negociações do acordo para setembro ou outubro desse ano.

Além disso, o bloco europeu pretende, até 2020, substituir em 10% os combustíveis utilizados por uma matriz renovável, em especial, utilizando-se de biocombustíveis. Para isso precisa importar e, a América Latina é sem dúvida, uma das grandes regiões produtoras deste tipo de combustível.

Na Reunião também foram tratadas

algumas questões bilaterais, como a questão entre Chile e Bolívia, no sentido de acordar os termos de uma suposta saída para o Oceano Pacífico, requerida pelo último. Para isso foram retomadas os debates da reforma da ferrovia Arica-La Paz. Houve ainda uma revisão dos limites marítimos entre Peru e Chile. Além de outras de caráter mais geral, como a participação do bloco na cúpula União Européia, Caribe e América Latina em maio de 2008 bem como o II encontro da Comunidade Sul-americana de Nações a ocorrer em dezembro deste ano. Foi ainda debatido o fortalecimento da democracia na região e neste sentido foi assumido o combate à corrupção. Por fim, a Colômbia passou à Presidência *Pro Tempore* do Bloco.

## Referência

### Sites:

Banco Mundial

<http://www.bancomundial.org.br>

Comunidade Andina

<http://www.comunidadandina.org/>

El Mercurio

<http://www.elmercurio.com>

La Nación

<http://www.lanacion.cl/>

<sup>7</sup> O Presidente Morales vem tomando para si a responsabilidade da condução da política externa de seu país. .

## Conjuntura Internacional

**Pontifícia Universidade Católica – MG**

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

### Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Diego Pereira; Fernando Maia; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: [ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>